

## LIVROS E REVISTAS

B. CROZIER. *The Morning After. A Study of Independence*. Methuen. Londres, 1963.

O tema central dêste livro é a situação dos países afro-asiáticos que nos últimos anos vêm obtendo sua independência política. Logo de início encontramos uma condenação formal à identificação de "certos liberais" do Ocidente com os sentimentos anticolonialistas persistentes naqueles países recém-libertados, pois, na opinião do autor, isso é um desserviço aos povos daqueles países.

A primeira parte tem um título bastante expressivo do ponto-de-vista do autor: "O Mito da Independência". A fim de caracterizar o "mito" detém-se na análise, baseada em contatos pessoais, dos principais líderes africanos e asiáticos, seus países e suas "afirmações de independência". Segundo o autor, a independência é um mito porque no mundo atual já não há lugar para o Estado soberano; os novos países estão sempre ameaçados por perigos internos e externos, inerentes ou herdados, sendo a independência política total incompatível com o progresso econômico; êste último depende do auxílio econômico externo, quer capi-

talista, quer socialista, sempre marcado pelos interesses dos doadores em obter outros resultados, motivo pelo qual o auxílio através da ONU, teoricamente correto, é na prática pouco provável, na opinião de CROZIER.

De acôrdo com tais premissas é que o autor divide os novos líderes em militantes ou radicais (NASSER, SEKOU TOURÉ, HO CHI MINH, MODIBO KEITA) e moderados ou conservadores (SENGHOR, SIHANOUK, BOURGUIBA, etc.), sendo os primeiros os defensores, em palavras e atos, de uma independência total a qualquer preço, enquanto os últimos colocam em primeiro lugar o desenvolvimento econômico.

Interessante é o capítulo sobre o papel dos militares nesses países, uma vez que, segundo o autor, eles não são conservadores e inimigos do progresso social, como na América Latina, e sim revolucionários, lutando com seus golpes contra "a incompetência e a corrupção civil". Os exemplos citados foram os de AYUB KHAN (Paquistão) e NE WIN (Birmânia).

As novas nações são divididas em casos piores e melhores, conforme a situação existente após a independência, uma vez que, na opinião de CROZIER, nenhuma potên-

cia deixou suas colônias em condições de autocrescimento econômico. Entre os "piores" casos cita a Birmânia, a Indonésia, o Ceilão, o Congo, o Mali. Por quê? Percebe-se claramente que o "mal" está nas tendências neutralistas e principalmente nas medidas socializantes ali adotadas com maior ou menor intensidade. Quais os "bons"? Federação Malaia, Nigéria, Índia, Cambódia (em 1963, é claro).

No quarto e último capítulo dessa primeira parte sobre "A Afirmação da Independência" o não-alinhamento e o neutralismo são analisados como uma das muitas fortunas espalhafatosas e estereis de mostrar ao mundo a independência recém-adquirida. Reticente quanto a Bandung, mostra-se o autor irônico e hostil ao falar da presença dos novos países na ONU, onde a igualdade de votos é um "absurdo" entre países tão desiguais. Dai negar qualquer importância àquela entidade mundial.

Na segunda parte encontramos o problema da fragilidade da independência e aí se revela a parcialidade do autor. Que perigos ameaçam os novos países? Em primeiro lugar a "guerra fria", porque os líderes identificam o colonialismo como o Ocidente e não percebem o "imperialismo" comunista. Os Estados Unidos são vítimas de seus "clientes" e antiintervencionistas convictos; os russos querem subverter tudo. A tese do autor é de que há uma ameaça comunista, mas os comunistas são menos capazes do que muitos acreditam, condenando tanto os descrentes, quanto os fanáticos, como a caça às feitiçarias sob McCARTHY. Analisa detidamente os princípios teóricos

da ação soviética bem como exemplos concretos de subversão e terrorismo, seu fracasso na Indonésia, Malásia, Camarões e Guiné e seu êxito no Vietnã. Interessante é o capítulo final, sobre "Estados clientes e satélites", onde o autor "demonstra" que o Laos, a Coreia do Sul, o Vietnã do Sul não constituem satélites e que jamais foram fantoches um NGO DINH DIEM ou um SINGMAN RHEE.

A última parte do livro é das mais elucidativas. São estas novas nações "viáveis"? Os novos líderes defendem idéias incompatíveis: liberdade e independência, socialismo e centralismo democrático. O analfabetismo favorece as ditaduras e a demagogia. As novas nações estagnariam ou regrediriam sem auxílios externos. Segundo o autor, não há obrigação de os países mais ricos auxiliarem os mais pobres e além do mais o desenvolvimento econômico não é um bem por si só. Veja-se a felicidade dos habitantes do Laos e Cambódia, muito superior à dos norte-americanos. O grande problema é o crescimento demográfico, "causa" da pobreza e miséria. Critica os auxílios americanos por serem muito mais militares que econômicos, o que favorece a corrupção (cita os exemplos do Laos e Coreia do Sul). Os auxílios soviéticos são melhores, são de natureza econômica e técnica, mas pecam por se destinarem exclusivamente à industrialização quando, segundo o autor, a agricultura deve ter prioridade, embora dê menos prestígio e forneça menores possibilidades de propaganda. CROZIER consegue vencer seu *parti-pris* ao concluir que os auxílios das grandes potên-

cias, devidos à guerra fria, causam mais males que benefícios. O essencial, segundo ele, é o próprio esforço nacional, com o que concordamos, mas sem estatismo, em função da livre concorrência, em relação ao que temos nossas dúvidas.

Compara então os casos da China e da Índia, suas diferenças, sua importância por se encontrarem diante de um mesmo problema: elevar o nível de vida em meio a uma explosão demográfica através do crescimento econômico autônomo, com ou sem coerção. É um dos melhores, senão o melhor capítulo do livro. O progresso lento e mais seguro da Índia, suas vantagens internas e externas, e seus problemas: obstáculos religiosos e sociais, necessidade de uma reforma agrária; o crescimento vertiginoso da China, o "grande salto", as decepções a partir de 1959 e as dificuldades atuais.

Todo um capítulo é dedicado à crítica daquilo que o autor chama de "armadilhas do planejamento", onde afirma que os indianos terão que escolher entre socialismo e democracia, mas também entre socialismo e desenvolvimento econômico. O mito dos benefícios econômicos do socialismo e o porquê da crença dos novos países em tal mito. Os exemplos que devem ser imitados: Japão, Líbano, Formosa, Hong Kong. Tenta provar que a justiça social também está implícita no liberalismo. Para as novas nações, no entanto, não há, por enquanto, possibilidade de democracia (pralaumentarismo com sufrágio universal é absurdo); o importante é ter um governo, mesmo autoritário, capaz de estimular a livre-empresa. Daí o partido único e

o líder mais ou menos ditatorial: SUKARNO, NASSER, casos positivos, segundo o autor.

No último capítulo há uma série de apreciações sobre problemas diversos: pontos positivos e perigos do nacionalismo; países em vias de libertação; o caso das colônias portuguesas; a França e suas ex-colônias; os auxílios norte-americanos à África; o preço dos produtos de exportação dos países subdesenvolvidos; a questão da educação das massas; o Plano de Colombo.

Conclui o autor formulando opinião otimista sobre o futuro da Argélia e seu líder, BEN BELLA, bem como afirmando que a minoria rica da humanidade já não pode tolerar a existência da miséria em largas áreas do globo, tal como a cidade rica deve lutar contra as favelas que a degradam. Finalmente, é de esperar-se, segundo CROZIER, que a soberania seja apenas uma etapa para o objetivo final, que é a interdependência. — *Francisco José Calazans Falcon.*

J. CITAMBERLATIN. *The Enterprising Americans. A Business History of the United States.* Harper & Row. Publishers. New York and Evanston, 1963.

Após haver estudado em seus três primeiros livros<sup>1</sup> aspectos importantes do capitalismo norte-

<sup>1</sup> O autor é crítico, jornalista e editor do staff do *Wall Street Journal*, tendo trabalhado já em revistas e jornais como *Fortune*, *Life*, *The New York Times*, *The Saturday Review*, e outros. Seus livros intitulam-se *Farewell to Reform*, *The American States* e *The Roots of Capitalism*.

americano, busca agora J. CHAMBERLAIN apresentar a sua visão global da evolução econômica americana do ponto-de-vista que lhe parece mais autêntico — as proezas, a audácia e o gênio inventivo do empresário americano ao longo dos séculos.

Tal intento, anunciado e justificado pelo autor na Introdução, torna obviamente o presente trabalho um tanto ou quanto "one sided", pois o seu "romance dos negócios americanos através de três séculos" está estruturado em função de um objetivo único: defender a "livre-empresa" através da demonstração de como o sistema capitalista trabalha e os resultados que tem alcançado, a fim de responder aos que o criticam e degradam. Confunde o autor a enumeração de uma infinidade de exemplos históricos com a interpretação histórica do problema. Longe ficamos, assim, das obras dos BEARD e de FAULKNER.<sup>2</sup>

Começa por estudar as atividades de alguns "empresários" antes da Revolução, comerciantes da Nova Inglaterra, dos vales do Delaware e do James River. Quanto à guerra de independência das colônias inglesas contra a Grã-Bretanha, isto é, a Revolução Americana, caracteriza-a como obra dos homens de negócio, empenhados em garantir não apenas as tradicionais liberdades políticas, mas convencidos também de que os direitos ao comércio e à expansão econômica eram parte fundamental

dos históricos "direitos dos cidadãos ingleses". Afirma o autor, com algum exagero, aliás, que talvez nenhuma outra Revolução na História tenha sido travada sobre fundamentos tão acentuadamente econômicos.

O estudo do período entre a Revolução e a Guerra Civil destaca o papel do comércio marítimo na acumulação de capitais, tornando possível o desenvolvimento das indústrias e dos transportes. Preocupa-se o autor com as realizações dos inventores, tanto aqueles ligados aos transportes, quanto os industriais. O entusiasmo maior, porém, é para o tipo de inventor-empresário, personificação do sonho americano clássico do *self made man*, o rapaz pobre que, com muito espírito, golpes de ousadia e alguma "ingenuidade yankee", abre caminho para o sucesso e a fortuna, imprimindo sua marca nas gerações seguintes. São os exemplos de ELI WHITNEY, OLIVER EVANS, P. REVERE, J. DEERE, McCORMICK, GOODYEAR, MORSE, etc.

A Guerra Civil, onde se destaca o papel do homem de negócios nortista e a ascensão não menos significativa de Chicago, a intensificação da conquista do Oeste e a ação concomitante do empresário ferroviário, o início e o apogeu dos grandes capitães de indústria, a era dos *big business*, constituem os temas dos capítulos VII, VIII e IX. Entram em cena e são exaltadas pelo autor as personalidades e as realizações de C. VANDERBILT, o magnata das ferrovias, J. ROCKFELLER, o "rei do petróleo", A. CARNEGIE, primeiro "rei do aço", J. P. MORGAN, sucessor de CAR-

<sup>2</sup> C. A. BEARD e MIRIAM R. BEARD, *The Rise of American Civilization*, 4 volumes, 1942; H. U. FAULKNER, *American Economic History*, Harper, 1954.

NEGIE e verdadeiro soberano de Wall Street nos anos que antecedem a I Guerra Mundial. É a trufificação, descrita mas não analisada pelo autor.

Os quatro últimos capítulos deixam algo a desejar, se comparados aos demais. O autor parece perder-se totalmente na multiplicidade de inventos, inventores e empresas destinadas a explorá-los comercialmente. Há muita informação, muito material, mas não se encontra a necessária síntese. Nomes como EDISON, GRAHAM BELL, WESTINGHOUSE, EASTMAN-KODAK, FORD, W. DURANT, sucedem-se em meio a muitos outros, bem como as invenções ou as empresas a que estão ligados. E em meio a isso a preocupação de exaltar a livre empresa, o triunfo do liberalismo após 1945.

Para o autor o capitalismo americano ainda é hoje o mesmo que era 150 anos atrás; tem-se a impressão de que para ele existe apenas o "tempo da História", mas não a História propriamente dita. É francamente favorável aos monopólios e aos trustes, pois acha que sempre há concorrência e quem sai beneficiado é o consumidor. Possui uma fé absoluta no poder regulador do mercado.

Convém assinalar, finalmente, que este livro, útil como contribuição ao estudo da história econômica dos Estados Unidos da América, merece também alguns reparos quanto ao horizonte limitado do autor, em matéria de invenções, ignorando, no texto, as prioridades de diversos inventores europeus, como por exemplo, os irmãos LUMIÈRE. — *Francisco José Calazans Falcon.*

MILDRED ADAMS (ed.). *Latin America: Evolution or Explosion*. Nova York, 1963.

Em agosto de 1962 realizou-se na Universidade da Bahia uma Conferência sobre as tensões decorrentes de problemas do desenvolvimento no Hemisfério Ocidental. Participaram de tal conferência diversas autoridades e líderes políticos oriundos da Europa, Ásia, África, Estados Unidos e América Latina. Realizando-se a conferência no Brasil, a atenção foi dedicada quase que exclusivamente aos problemas latino-americanos.

O presente volume apresenta os principais estudos apresentados na conferência e assinados por especialistas bem conhecidos, como GERMAN ARCINIEGAS, ROBERTO CAMPOS, JOSÉ FIGUERES, GALO PLAZA, VICTOR URQUIDI, CHESTER BOWLESS, LINCOLN GORDON, LESTER B. PEARSON.

O que temos aí é uma sucessão de pequenos artigos, assim como que instantâneos de uma paisagem extremamente complexa. Não houve a preocupação de centralizar a conferência em torno de determinado processo ocasionador de tensões, ou de certa instituição, mas o âmbito dos debates foi bem vasto. Assim, temos tópicos os mais variados, desde um estudo de umas dez páginas sobre a Igreja e o Desenvolvimento na América Latina até um pequeno artigo de cinco páginas sobre a Europa e o Desenvolvimento da América Latina.

As contribuições do volume, como já assinalamos, são assinadas por personalidades eminentes no setor da vida política ou em atividades de ensino ou planejamento

econômico e social, mas isto não impede que os diversos estudos, talvez por limitações de tempo e espaço, tenham certo caráter "impressionista" e meramente informativo.

O volume vale como uma introdução aos problemas políticos da América Latina, constituindo igualmente útil repositório de temas e perspectivas, mas isto sem nenhuma pretensão a uma formulação sistemática dos diversos processos e das diferentes perspectivas de desenvolvimento da América Latina. — R. O. de Andrade, S. J.

JOHN H. KAUTSKY. *Political Change in Underdeveloped Countries*. John Wiley. Nova York, 1962.

Este livro pretende oferecer uma introdução geral à política dos países subdesenvolvidos. Longa introdução de KAUTSKY é seguida de doze artigos escritos por diversos especialistas em ciências sociais. Mas não se trata de mero volume de leituras, pois os artigos possuem conexão lógica bem manifesta e a introdução nos oferece uma perspectiva sistemática profunda.

No ensaio introdutório são analisadas as funções dos vários grupos na política, em particular os intelectuais, e são formuladas generalizações a respeito dos efeitos políticos da industrialização nos países subdesenvolvidos. Busca explicitar as relações entre nacionalismo e comunismo e projeta as possíveis tendências para regimes totalitários ou democráticos. Examina o comunismo não como uma força exógena que age nos países

em via de desenvolvimento, mas como um aspecto do seu desenvolvimento político.

Os doze artigos alargam e reforçam os diversos pontos-de-vista enfatizados no ensaio introdutório. São artigos mais de natureza analítica do que descritiva e, apesar de focalizarem por vezes certas áreas específicas de subdesenvolvimento (em seu aspecto geográfico), tais áreas constituem exemplos, apenas; o principal esforço é no sentido de elaborar conceitos, teorias de política de desenvolvimento econômico. Cada artigo é acompanhado de excelente bibliografia.

O maior mérito do presente volume consiste justamente num esforço de distinção conceitual, esforço apoiado não em mera elocubração de gabinete, mas bem apoiado nos casos históricos concretos; assim, os termos, "nacionalismo", "comunismo", "democracia", "totalitarismo", etc., tão vagos e admitindo tantos e tantos sentidos, são definidos não arbitrariamente, mas através de uma descrição analítica dos fenômenos a que se referem. Outro mérito: a tentativa de compreensão da política dos países subdesenvolvidos é feita a partir da dinâmica interna destes próprios países, sem buscar introduzir indevidamente modelos elaborados para sociedades com nível econômico, cultural, social e político desenvolvido, modelos que serviriam de paradigma ideal para os "subdesenvolvidos".

Encontramos no volume uma deficiência, a omissão de estudo do impacto do conflito internacional Estados Unidos x União Soviética sobre os países subdesenvolvi-

dos. Os autores poderiam, talvez, argumentar que tal conflito afetaria apenas o grau ou ritmo de desenvolvimento, mas não sua natureza. Tal distinção entre "ritmo" e "natureza", talvez útil num plano abstrato, não tem validade objetiva. Ninguém poderia dizer que os países da América Latina ou da África teriam essencialmente o mesmo tipo de desenvolvimento, sendo apenas tal desenvolvimento acelerado ou retardado pelo tipo de relações internacionais existentes entre os dois grandes blocos. Esta omissão, apesar de não invalidar muitas das conclusões dos autores a respeito do influxo da industrialização nos países subdesenvolvidos, limita bastante a perspectiva do estudo. Os autores assim trabalham mais numa esfera do "cultural", deixando a análise do "social" e mais especificamente do "poder" (no sentido weberiano do termo) um pouco na penumbra. Aliás, isto se revela no estudo que os autores fazem das ideologias nos países subdesenvolvidos; são elas analisadas em seus aspectos formais, sem a devida ênfase nos diversos grupos de pressão que as sustentam. — *R. O. de Andrade, S. J.*

AMITAI ETZIONI & EVA ETZIONI (ed.). *Social Change*. Basic Books. Nova York. 1964.

Antes da primeira guerra mundial, o tema de mudança social era muito popular entre os sociólogos; depois, foi sendo relegado para o esquecimento. Os cientistas sociais se preocupavam mais com os problemas de estrutura, organização,

configuração. Os livros de texto para o ensino da sociologia, em geral, relegavam a discussão da mudança social para um último capítulo ou breve nota, e isto de modo superficial e apressado. Os brasileiros também, principalmente os que se limitavam a compilar ou copiar europeus e americanos, davam pouco espaço aos problemas de mudança. Quando examinamos, na década de 30 e 40, a multiplicidade de estudos em diversos setores da sociologia e verificamos a relativamente fraca bibliografia de mudança, quase chegamos à conclusão de que o tema mudança social era, então, uma especialidade sem especialistas.

Esta situação tem-se modificado após a segunda guerra mundial. Entre nós já foram e estão sendo publicados importantes e originais trabalhos no setor de mudança social, principalmente em relação à sociologia do desenvolvimento. Apesar disto, a "mudança social" permanece ainda uma especialidade fragmentada, embrionária, sem concisão e clareza. Muitos pensam que a sociologia não possui instrumentos conceituais capazes de ordenar dados tão disparatados.

Embora algum cético possa lembrar que *nihil novi sub sole*, ou que *plus ça change, plus c'est la même chose*,... podemos verificar que as mudanças sociais modernas têm características diferenciais acentuadas. Em nossos tempos, os jornais diariamente anunciam alguma crise nova em algum canto remoto do mundo, crise que tem importância internacional. O aperfeiçoamento tecnológico dos meios de comunicação coletiva e de transportes de algum modo di-

minuiu, por assim dizer, o tamanho do mundo. Por outro lado, a polarização da política internacional faz com que os acontecimentos tenham maior repercussão.

O ritmo de mudança em geral, e particularmente o grau com que o mundo se está tornando um sistema único, apesar de um pouco desordenado, faz com que encaremos a crise como uma situação quase que normal. Seria ingênuo argumentar que a condição contemporânea de crise constante é historicamente normal, que os homens sempre viveram suas vidas num estado de incerteza não essencialmente diverso da situação em que nos encontramos. O mundo contemporâneo é mais "arriscado" do que o passado, e os riscos afetam maior número de pessoas.

A mudança social evidentemente não é um fenômeno contemporâneo, mas suas características de intensidade, amplitude, difusão, frequência, são bem contemporâneas. Por outro lado, a proporção de mudanças sociais que são planejadas, planificadas, voluntariamente estabelecidas, é maior do que em tempos passados.

O que acabamos de dizer é apenas uma introdução para mostrar a relevância do volume editado por AMITAI e EVA ETZIONI. Apresenta ele uma série de textos que focalizam os diversos processos de mudança. Um livro como este pode ser excelente subsídio aos cursos de mudança, e insistimos na palavra subsídio, pois o professor que o utilizar deve situar e relacionar as diversas teorias e perspectivas apresentadas. O livro focaliza principalmente os processos de mudanças, não se preocupa com proble-

mas prévios de definição de mudança, nem mesmo com os "porquês" da mudança, mas quase exclusivamente com o "como". Apresenta em primeiro lugar algumas descrições tradicionais dos processos de mudança e depois examina autores contemporâneos.

Não vamos aqui enumerar os textos citados, nem comentar a escolha feita. Numa perspectiva de sociologia "clássica", pensamos que a escolha foi judiciosa e deve-se no realmente mais significativo. Apenas lamentamos a inexistência no livro de uma referência, por meio de qualquer leitura ou texto, aos problemas de mudança nos países subdesenvolvidos. Evidentemente o livro se destina ao estudante norte-americano, mas, mesmo para este, os problemas do "terceiro mundo" ou dos países que estão a caminho do desenvolvimento são de especial relevância, como atestam as diversas crises contemporâneas. O problema dos países em transição econômica e social é encarado sob o prisma da antropologia cultural, usando-se o esquema de sociedade tradicional e sociedade moderna. Sem querer diminuir o valor desta perspectiva, de estudo do impacto da tecnologia e industrialização sobre as culturas tradicionais, pensamos que existem outros modelos de análise que poderão ser igualmente fecundos.

Por outro lado, seria desejável que cada seção do livro fôsse precedida de um estudo introdutório geral que situasse as diversas perspectivas reproduzidas, as comparasse e mostrasse igualmente sua correlação com o meio sócio-cultural em que elas surgiram. Em



poucas palavras, que fôsse feito um pouco de "sociologia do conhecimento" das teorias explicativas dos processos de mudança. De outro modo torna-se difícil apreendermos o elo lógico e sistemático entre os vários textos apresentados.

Estas restrições não invalidam a grande utilidade do volume, que oferece ao leitor uma escolha judiciosa de textos sobre mudança, textos quase que exclusivamente de autores americanos. — R. O. de Andrade, S. J.

FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, S. J.  
*La Inmigración en América Latina*. (Número especial da *Revista Interamericana de Ciencias Sociales*). União Pan-Americana. Washington, D.C., 1964.

A imigração para a região latina do Hemisfério Ocidental, no passado fator importante de seus processos desenvolvimentistas, acusa, na última década, indistigável declínio, até com sintomas alfitivos de estagnação quase total.

Basta corroborar essa afirmação com alguns dados estatísticos, relativos às correntes migratórias com destino ao Brasil, os quais encontram, todavia, corolário em indicações semelhantes sobre o vulto desse movimento em todos os demais países ibero-latinos das três Américas, sem exceção alguma.

Nota-se, com efeito, a queda, quase ininterrupta, do número de imigrantes entrados no Brasil: em 1957, 57.613; em 1958, 49.839; em 1959, 44.520; em 1960, 40.507; em 1961, 43.589; e em 1962, 31.138; algarismos, êsses, insignifi-

cantes, em confronto com o volume da imigração no século XIX e nos primeiros decênios do século XX — com agravação ainda maior desse problema, verificada no decurso dos últimos dois anos.

Em conexão indireta com esse fenômeno, temos que anotar, entre parênteses, no plano administrativo, a recente extinção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, artificialmente incorporado na órbita da SUPRA, com ênfase unilateral no desempenho das atividades daquele Instituto relacionadas com a colonização rural. Diga-se de passagem que, dentro da nova reforma administrativa, se procura, no momento, nova e, do ponto-de-vista organizacional, melhor solução dessa matéria, mediante atribuição a) ao futuro Departamento de Mão-de-Obra, das funções do INIC atinentes à mão-de-obra, inclusive migrações internas; b) ao IBRA, dentro da reformulação do Estatuto da Terra, da administração da colonização agrícola, com ou sem aproveitamento de colonos estrangeiros; e, enfim, c) ao Ministério das Relações Exteriores, do equacionamento dos aspectos internacionais da política migratória.

Só assim será possível reinaugurar providências construtivas de nossa política de imigração, quase integralmente paralisadas nesses últimos anos.

Depois dessa digressão, cabe-nos indagar agora quais são as forças motrizes, responsáveis pela diminuição angustiante do intercâmbio populacional entre as regiões tradicionalmente migratórias e a América Latina, diminuição essa acompanhada, cronologicamente, e

decerto não por mero acaso, pela expansão, cada vez maior, das correntes de migração interna.

Na causalidade da surpreendente evolução nesse sentido temos que distinguir, rigorosamente, tudo o que se passa atualmente nos países de origem e de destino.

Quanto àquele aspecto da questão, o que se nos depara é o fato de que, com o tempo, secaram as grandes fontes européias de migração transoceânica, o que se deve à proibição da emigração na área comunista e, sobretudo, ao impressionante surto das economias do Velho Mundo, integradas no Mercado Comum.

Ousamos discordar, um tanto, das previsões "otimistas" embora cautelosas, do ilustre autor quanto ao futuro incremento dos movimentos migratórios de proveniência da Europa. Como se nos afigura, nada justifica prognósticos seguros, quanto ao enfraquecimento do mercado de trabalho comum daquela região, toda ela em franco progresso econômico. O referido mercado absorve quase todos os excedentes populacionais dos países meridionais desse Continente, cujos habitantes não demonstram mais, contrariamente à opinião do Professor FERNANDO BASTOS DE AVILA, preferência para a América Latina. Muito pelo contrário, parece-nos muito acertado o ponto-de-vista do autor quanto às vantagens que apresentaria a dilatação geográfica para Ásia e África das zonas capazes de nos fornecer numerosos contingentes de imigrantes, com desejáveis qualidades econômico-sociais.

No tocante à apreciação da conjuntura imigratória da América

Latina, não nos parece absolutamente convincente a tentativa no sentido de afastar a influência dos "ciclos econômicos", com atenção prestada, única e exclusivamente, às alterações que ocorrem no emprego e no salário. Pode ser que tal afirmação corresponda à observação do desenrolar desse fenômeno no passado. Quer-nos parecer, todavia, que o estancamento da imigração, verificada no último quinquênio, dificilmente poderia ser interpretado sem referência à grave crise conjuntural que, nesse período, afetou essa região, quase toda.

Os transtornos da economia regional levaram, aliás, por sua vez, aos notórios desajustamentos na relação entre a procura e a oferta de emprego, intensificados pela explosão populacional, com consequente aparecimento, bastante generalizado, de afilivos sintomas de desemprego, de mais variada índole. Tudo isto cria, fatalmente, consideráveis obstáculos a programas de imigração, de maior vulto quantitativo.

Por seu turno, foi destacada pelo Professor FERNANDO BASTOS DE AVILA, com toda razão, a correlação, raramente merecedora de maior atenção dos estudiosos dessa matéria, existente entre as trocas migratórias e a instabilidade do sistema monetário, inclusive reflexos da inflação galopante, com seus efeitos corrosivos sobre a taxa de câmbio das moedas nacionais.

O autor também salienta, acertadamente, o impacto prejudicial, exercido sobre os freqüentes rumos restritivos e limitativos, até, em alguns casos, proibitivos, da

política imigratória latino-americana pela ideologia ultranacionalista. Defende, em suas considerações econômicas de nível impressionante, a tese, até certo ponto original, segundo a qual a prosperidade abriria sempre perspectivas promissoras para maior fomento da imigração. Entretanto, paradoxalmente, acontece que o México, país com índices fabulosos de bem-estar econômico, pratica, permanentemente, e em virtude da orientação acentuadamente nacionalista daquele estado de "Revolução Institucionalizada", a política de "portas fechadas". E isto apesar de visíveis dificuldades daí provenientes, no tocante às distorções na composição qualitativa da mão-de-obra, para cujo adestramento pouco contribuem realizações, ainda muito precárias, de formação profissional do operariado azteca, e as quais poderiam ser sanadas mediante influxo dos contingentes de mão-de-obra qualificada alienígena.

Merece maiores aplausos o diagnóstico no livro ora comentado dos efeitos negativos produzidos em relação às correntes de migração internacional pelos padrões salariais médios, relativamente baixos, que prevalecem na América Latina, em confronto com os níveis superiores de remuneração na Europa. Apenas não podemos aceitar sem ressalvas a opinião do autor, segundo a qual o leque salarial seria na América Latina maior do que no Velho Mundo. Infelizmente, sobretudo em virtude da ação niveladora do salário mínimo, dá-se o nitidamente oposto.

Por sua vez, parece-nos carecer de fundamento suficiente o ponto-de-vista conforme o qual o

imigrante, principalmente quando procede de países desenvolvidos, pertenceria à classe média, à pequena burguesia urbana ou rural. No que diz respeito a contingentes migratórios operários, cuja frequência dificilmente possa ser negada, valeria a pena ressaltar ainda, como impedimento à maior ampliação da emigração, a falta de solução institucionalizada internacional, bilateral ou coletiva, quanto à conservação dos direitos em curso de aquisição nos regimes de seguro social a longo prazo dos migrantes.

No tocante à migração agrícola, que se desloca no clima econômico-social contemporâneo, cada vez mais, para a colonização rural planejada e dirigida, os maiores óbices a seu fomento relacionam-se, em nosso entender, com os crescentes custos unitários *per capita* do colono, aos quais, como, aliás, explica muito bem o tratado em apêço, não podem, via de regra, fazer face os países de destino, e raramente os países de origem, tornando-se, pois, necessária a mobilização, para tal fim, de fundos internacionais, inclusive para operações de crédito rural a curto, médio e longo prazo.

*La Inmigración en América Latina* é, sem qualquer favor, uma obra de valor científico extraordinário. Coloca aquele problema no mais amplo plano de contexto econômico, social, demográfico, cultural e moral. Sua análise apurada torna-a um dos melhores tratados sobre o panorama latino-americano, em geral, publicados até esta data. O autor não evita todas as relevantes implicações da solução dessa questão, encarada

sob o prisma do equilíbrio mundial, formulando, nesse particular, idéias avançadas, corajosas e verdadeiramente cristãs, que encontraram, a seguir, reflexo na Enciclica *Mater et Magistra*.

Não nos iludamos quanto à necessidade de solução do importante problema examinado neste livro. Quaisquer que sejam as tremendas dificuldades que se nos deparam, no momento, no equacionamento da imigração para a América Latina, em escala compatível com a ordem de grandeza dessa questão, a crescente disparidade na redistribuição continental da população mundial não poderá ser resolvida, a longo prazo, a não ser mediante valorização intensiva dos recursos ociosos desta região, com aproveitamento de numerosas levas de imigrantes e colonos procedentes das áreas demograficamente super-saturadas. De contrário, esta parte de Hemisfério Ocidental poderá, quiçá, sofrer, futuramente, invasão mongólica, cuja ameaça passa a delinear-se claramente no horizonte...

O autor abre mão de quaisquer conclusões exageradas, quanto ao papel que possa desempenhar o maior influxo imigratório nessa região no ciclo conjuntural atual, distribuindo, razoavelmente, os "pros" e os "contras" da evolução nesse sentido, e estudando minuciosamente tôdas as hipóteses alternativas da solução dêsse difícil problema. Seja como fôr, a imigração não se lhe apresenta como panacéia miraculosa.

Contudo, apreciando no espírito de isenção acadêmica, e com argumentos convincentes, as vantagens, de mais diversa espécie, que a imi-

gração proporcionou, no passado, a esta região, preconiza a maior liberalização das obsoletas leis imigratórias, as quais ainda vigoram em vinte repúblicas do Continente, sem qualquer revisão consentânea com as condições atuais da América Latina.

Francamente, não compartillamos do otimismo do autor quanto à consagração nacional ou internacional, mesmo atenuada e moderada, do princípio de "direito subjetivo à imigração". O art. 13, § 2 da famosa Carta dos Direitos do Homem das Nações Unidas premeza, como uma das liberdades elementares humanas, o "direito à emigração". Ninguém ignora, porém, que mesmo tal regra começa a não encontrar qualquer aplicação pragmática na legislação dos países do bloco comunista...

São insignificantes e desprovidas de maior importância algumas isoladas lacunas que se nos deparam na leitura dêsse magnífico *opus*. Gostaríamos apenas de encontrar no livro a exposição da questão da emigração, já bastante vultosa, da América Latina, por exemplo, com destino aos Estados Unidos, inclusive a interessante corrente de *wetback* mexicanos, empregados na agricultura estadunidense.

Por outro lado, não nos parece oportuno desprezar as possibilidades de maior intercâmbio interestatal da mão-de-obra, dentro da América Latina, o qual, decerto, assumirá fatalmente, muito maior proporção, em função do progresso do mercado comum regional, a cujas primeiras realizações pioneiras o autor faz, aliás, alusão na sua obra. E isto independentemente do movimento considerável de

refugiados políticos, vítimas de regimes de ditadura e opressão, de "côr branca" ou "vermelha", os "D. P." latino-americanos, cujo número cresce consideravelmente no período de pós-guerra. Muito pelo contrário, parece-nos um tanto volumosa e pormenorizada demais a parte dedicada ao exame da contribuição para a regulamentação das correntes imigratórias dos organismos internacionais que atuam nesse particular, exposição essa que, sem avaliação rigorosamente crítica de suas atividades, pode levar a apreciação exageradamente eufórica.

Finalmente, a rigor, talvez possa ser considerada bem controvertida a opinião do autor a respeito da possibilidade de futura eclosão, nesta região, do problema racial, previsão essa que, segundo nos parece, não encontra, por enquanto, maior cobertura nas atuais relações inter-raciais nem nos países hispano-americanos, até com preponderante etnia índia, nem no Brasil.

Acontece que o próprio autor nem sempre aprecia, com toda a objetividade, o valor de sua produção científica. Ignoramos a opinião subjetiva do autor dêste tratado sobre a importância dessa sua nova contribuição para o acervo dos conhecimentos sobre a grande região em que o Brasil está territorialmente enquadrado, contribuição essa, diga-se de passagem, baseada na pesquisa-relâmpago, realizada pelo Professor FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, em vários países da América Latina. Na opinião dêste modesto aluno e colaborador do ilustre mestre, não somente em sociologia, como também, como o revela, mais uma vez, o livro ora

recenseado, em tôdas as demais ciências sociais — constitui, a despeito de seu caráter monográfico, a mais importante posição no balanço da sua longa e profícua carreira acadêmica.

Está, pois, de parabens a União Pan-Americana por ter, em boa hora, lançado êsse benéfico empreendimento, e escolhido o Professor FERNANDO BASTOS DE ÁVILA para levá-lo a cabo, pondo à disposição dêle vários recursos necessários para sua execução.

Tendo co-participado ativamente, na União Pan-Americana, em 1960, da revisão do manuscrito dêsse livro, com a cooperação de um estatístico e de uma assistente administrativa, mencionados no prefácio, devo reconhecer o valor de certos subsídios dos serviços da UPA no reexame e atualização de vários dados constantes do texto original, assim como no tocante à redação final em castelhano. Entretanto, algumas outras alterações, feitas a nossa revelia, afetaram, até certo ponto, o sentido das considerações do eminente autor. Tôdas as modificações, quer boas, quer más, feitas no texto original, não foram, ao que se saiba, submetidas à aprovação prévia do autor, o que torna imensamente difícil a apreciação dos respectivos trechos do livro, pois que ignoramos se são de autoria do Professor FERNANDO BASTOS DE ÁVILA, ou dos responsáveis pelo "Editing" dessa obra na União Pan-Americana...

Seja como fôr, não podemos deixar de apontar outros quatro graves defeitos devidos à burocracia sediada no admirável edifício loca-

lizado na Constitution Avenue na capital americana.

Em primeiro lugar, a publicação do livro com inexplicável atraso de quase quatro anos e meio tornou desatualizadas várias indicações nele contidas e anteriores ao censo interamericano de 1960, já divorciadas da realidade na data da sua divulgação.

Parece-nos, outrossim, absolutamente inadmissível a divulgação da *La Inmigración en América Latina* apenas como número especial da revista daquela repartição interamericana, enquanto vários livros de nível científico medíocre, ou até nulo, foram publicados, nesse tempo, pela UPA sob formas mais aprimoradas de livros propriamente ditos.

Não se compreende, também, a edição do referido livro apenas em castelhano, e não nos demais três idiomas oficiais da Organização dos Estados Americanos.

Enfim, consideramos inprocedente e destituída de quaisquer bases a opinião formulada no prefácio a respeito do caráter "amplo" porém "incompleto" desse estudo. Por que "no puede considerarse completo"?! Ao autor anônimo desse prefácio oficial falta, com certeza, autoridade científica necessária para tal afirmação.

Finalizando, consideramos, pessoalmente, necessidade imperiosa e inadiável a republicação desse livro em português, uma vez devidamente atualizado e ajustado às condições de 1964, inclusive com algumas insignificantes e pequenas alteraçõesinhas que tomamos a liberdade de sugerir acima a seu eminente autor. — *Estanislau Fischlowitz.*

J. V. FREITAS MARCONDES, *Radio-grafia da Liderança Sindical Paulista*. Instituto do Trabalho. São Paulo, 1964.

No momento em que, com atraso de dezoito anos, a contar da reinauguração do regime democrático, se processa, enfim, inclusive dentro do Projeto de Código do Trabalho, a reforma integral do sistema sindical brasileiro, firma-se a opinião unânime de que o sucesso desse conjunto de providências dependerá, em primeiro lugar, da criação dos quadros elitários da liderança operária, como repara muito bem o Professor J. V. FREITAS MARCONDES, "conscientes de seus deveres, animados de vivos sentimentos de solidariedade, capazes de resolução pronta e ação enérgica".

Ora, não é possível cumprimento de tão ingente tarefa sem conhecimento aprofundado da situação que se nos depara, nesse particular, no momento.

O autor do estudo aqui apreciado procura, de modo atento e laborioso, mobilizar todas as informações existentes nessa matéria, recorrendo à metodologia aprimorada de pesquisa, levada a efeito no meio sindical do centro paulista, e cujos resultados nos proporcionam os contornos, objetivos e subjetivos, do atual grupo dirigente sindical.

A apuração da referida pesquisa — que abrangeu 96 organizações sindicais trabalhistas de São Paulo, baseada em amplo questionário, de 36 itens, que recolheu dados fornecidos por 81,25% dos respectivos órgãos classistas — permite-nos formar idéia exata a

respeito não somente da idade, estado civil, fertilidade, grau de instrução, remuneração etc. dos pesquisados (indicações "informativas"), como também a propósito da opinião pessoal deles sobre os principais problemas que enfrentam, inclusive no tocante a várias questões controvertidas, tais como, por exemplo, papel do contrato coletivo, razão de ser do imposto sindical, valor da justiça do Trabalho, fundamentos do direito de greve, e, mesmo, vários aspectos políticos (dados "opinativos").

A análise esmerada das respostas a esses quesitos todos constitui verdadeira mina de ouro de informações, às vezes surpreendentes, e que configuram o perfil do líder sindical médio.

Como era de esperar, o nível geral das respostas se apresenta pouco satisfatório, demonstrando algumas flagrantes lacunas de conhecimento no que diz respeito a várias instituições do direito do trabalho. Esse fato deve encontrar reflexo na ampliação dos programas de formação e retreinamento desse grupo, recentemente iniciados, com excelentes resultados e ativa coparticipação do eminente autor deste opúsculo, uma das maiores autoridades em assuntos trabalho, como, aliás, também por vários grupos integrados no movimento social católico.

Seria desejável, a nosso ver, por um lado, a execução de pesquisa congênere numa amostra do meio comum operário, no propósito de averiguar o grau exato de diferenças entre as respectivas qualificações dos "soldados" e dos "oficiais" do exército do trabalho; e, por outra parte, a extensão da

mesma, *mutatis mutandis*, ao setor empresarial, cujas atitudes em relação ao movimento sindical devem ser estudadas com maior afinco.

Seja como for, está de parabens o autor, por esta nova e valiosa contribuição científica para o acervo de nossos conhecimentos a respeito do panorama brasileiro sindical no nível elevado de sua hierarquia organizacional. — *Estanislau Fischlowitz*.

EDUARDO KINNEN. *Ética Social*. Pontificia Universidad Católica de Chile. Escuela de Sociología. Santiago, 1963.

O livro do Pe. KINNEN, professor de origem e formação europeia que desde 1959 ocupa as cátedras de Filosofia, Ética Social e Filosofia Social da Escola de Sociologia da Universidade Católica do Chile, o livro *Ética Social*, com suas 380 páginas, nos coloca diante de, pelo menos, duas grandes respostas a duas grandes questões. Uma delas diz respeito à própria substância doutrinária do livro; a outra, à sua forma.

Trata-se, em primeiro lugar, de um livro doutrinário, de filosofia social clássica; e em segundo lugar, este livro é um manual. A primeira resposta se refere ao papel que uma Ética, normativa, especulativa, clássica, em sua fidelidade aos princípios da escolástica possa desempenhar em uma Escola de Sociologia dita positiva e empírica.

É o próprio diretor da Escola, o Pe. VEKEMANS, que se antecipa ao declarar no Prefácio: "Si bien es cierto que la confusión de

juícios de hecho y juícios de valor no lleva sino a la adulteración recíproca, no es menos cierto que la dimensión ética es intrínsecamente constitutiva de la cultura. Por consiguiente, toda Escuela universitaria, que se quiere digna de este nombre, debe abrirse a esta dimensión, por trascendente que sea respecto de su objeto formal propio”.

Conclui o Pe. VEKEMANS dizendo que a presença de tal disciplina na Escola de Sociologia é a garantia de sua catolicidade e um requisito indispensável para que sua incorporação à Universidade Católica não seja algo de fictício. É certo que a nota de catolicidade de uma Escola como a de Sociologia não se garante apenas com a presença de uma cadeira de Ética Social - e do respectivo manual — bem fundamentada em seus princípios filosóficos; exige muito mais que isso, um senso cristão, evangélico e eclesial no tratamento de cada matéria social. No entanto, uma doutrina filosófica clássica desempenha um papel estrutural na formação da cultura autêntica do sociólogo — o que se patenteia, dia por dia, entre alunos e mestres, como algo de desejável e de desejado.

É nesse sentido e com este escopo que acolhemos a obra do Pe. KINNEN que, entretanto, enfrenta outro problema: o de ser um manual.

É fácil criticar e mesmo destruir o manual com o desprêzo que os próprios mestres lhe dedicam. Contudo, a lacuna causada pela falta do manual é sempre grave e incômoda no próprio ensino universitário. O manual será sempre

algo de essencialmente insuficiente como algo de indispensável. O livro *Ética Social* se enquadra perfeitamente nestas características. Os problemas são tratados de modo sucinto e inevitavelmente insuficiente para quem focaliza apenas determinado capítulo, mas suficiente enquanto visão de conjunto e enquanto informação que sugere uma consideração mais profunda da questão específica, à luz da bibliografia indicada. Diga-se de passagem que a própria bibliografia não é abundante, mas suficiente para um estudo bem orientado e sem maiores pretensões a pesquisas monográficas.

As cinco partes em que está dividida a obra são: I. *Noções e princípios gerais* com estudos sobre o Direito Natural; Pessoa e Sociedade; as Virtudes Sociais. II. *Ética Familiar*, abordando: o Matrimônio; a Comunidade Familiar; o Problema da Natalidade. III. *Ética Política*, com capítulos especiais sobre a Natureza do Estado; a Autoridade do Estado; Formas de Governo; Funções do Estado. IV. *Ética Política Internacional*: o Direito Internacional; a Comunidade das Nações; o Problema da Guerra. V. *Ética Econômica*: Noções Fundamentais; o Liberalismo; o Coletivismo Socialista; Síntese de uma Economia Humana.

Apraz-nos salientar a orientação positiva de formação que o autor dá à sua obra, abordando com judiciosos critérios — sem querer “moralizar” — o papel preponderante de certas virtudes como a Caridade, entre as Virtudes Sociais, e a Castidade no campo da Ética Familiar, fundamentada sobre o Matrimônio. Com efeito, a



Caridade, mesmo natural, que é o querer bem ao próximo no seu aspecto individual e social, não substitui a virtude da justiça nem pode ser substituída por ela, mas supre, completa e mesmo impulsiona e anima a própria justiça como a alma que deve animar o corpo social inteiro (pág. 70-72). A Castidade, por sua vez, é apresentada como "virtude indispensável para que a vida matrimonial e familiar possa desenvolver-se e alcançar sua plenitude" (pág. 89). O autor inculca, assim, o valor da virtude da Castidade não como algo que atinge apenas os solteiros, mas dentro do próprio matrimônio como sendo a virtude que protege sua integridade e santidade (pág. 92). Será esta uma base necessária para maior espiritualização da vida matrimonial e os "matrimônios cristãos têm a missão em nossa era "afrodisiaca" de mostrar que a vida matrimonial, que o amor conjugal são outra coisa que meras relações sexuais" (pág. 114 s.). Tal desenvolvimento é feito pelo autor ao tratar da candente questão da Limitação dos Nascimento no Capítulo sobre o "Problema da Natalidade". Mostra, pois, nitidamente o Pe. KINNEN como na solução dos problemas mais urgentes de uma situação social não é por uma acomodação naturalista ao século que encontraremos as soluções dignas e verdadeiras, mas, guiado pela Igreja e pelo Evangelho em que crê, sente-se o sociólogo cristão destinado — coisa semelhante se dá no caso do divórcio — a sustentar uma bandeira difícil, quase insuportável às vezes, mas que oferece ao mundo o depósito glorioso, se-

grêdo da verdadeira solução para os problemas mesmos de uma Ética social racional.

Sem maiores considerações, fique consignada a boa impressão causada pela *Ética Social* do Pe. KINNEN e a convicção da ajuda que o livro poderá trazer aos estudantes de ciências latino-americanas, já que o autor faz questão de não abstrair, em seu estudo, das considerações sociais da região em que vive e ensina. — D. João Ev. Enout O.S.B.

R. L. BRUCKMERGER, *A República Americana*. Editora Fundo de Cultura. Tradução de Mercedes Zilêla Cobas. Rio de Janeiro, 1964.

*A República Americana*, do eclesiástico dominicano líder da resistência francesa Pe. R. L. BRUCKMERGER, é um livro interessantíssimo para os estudiosos da política, como para aqueles que se interessam por compreender, através dos fundamentos da democracia americana, muitas das situações do mundo atual.

O livro está dividido em duas partes.

Na primeira, o autor estuda, com um poder de síntese característico dos franceses, a revolução americana culminada na Declaração de Independência dos Estados Unidos, comparando-a com a revolução francesa.

Para o autor, a revolução americana foi realmente uma revolução que ultrapassou a independência, para ser um exemplo de sociedade política, sociedade esta que não existe fora dos homens que a

compõem, enquanto que a revolução dos jacobinos, aspirando a liberdade para desembaraçar-se do direito divino dos reis, não conseguiu senão permitir a emergência de outras formas de autoritarismo absolutista.

Partindo dessa idéia, o autor procura analisar a justificação filosófica que tornou as duas revoluções tão diferentes. Conclui: enquanto a revolução americana foi realista, porque nascida do povo, e foi capaz de assegurar ao mesmo todos os seus direitos, a revolução francesa foi utópica e ainda está por se realizar até suas últimas conseqüências.

O autor é pertinente em suas apreciações e as conduz com lógica e entusiasmo.

Na segunda parte, BRUCKBERGER dedica-se à revolução industrial e social dos americanos, começada há cinquenta anos e que continua em nossos dias modificando profundamente a estrutura da sociedade.

Continuando a utilizar seu método comparativo, o autor a confronta com a revolução marxista-leninista, sob êsses mesmos aspectos individual e social.

A revolução industrial americana, com o invento da produção em série, proporcionou mais felicidade, porque aumenta a capacidade dos consumidores, enquanto que a revolução industrial do marxismo não atingiu a utópica felicidade do comunismo, em conseqüência de seus métodos e filosofia.

O autor está convencido de que os Estados Unidos resolveram na essência alguns dos problemas que mais atormentam a consciência europeia.

Mesmo que as idéias de BRUCKBERGER possam parecer extremadas com relação aos Estados Unidos, seu livro fascina e ajuda o leitor a compreender melhor os dois mundos — o americano e o europeu, e a entender as grandes forças que influenciaram a formação da era em que vivemos. Vale a pena ser lido. — *Maria da Glória Nin Ferreira.*

WILLIAM EBENSTEIN. *Political Thought in Perspective*, McGraw-Hill Book Company, Inc. Nova York, 1957.

Trata-se de uma obra político-filosófica, que apresenta de maneira acessível os liames da filosofia com a política, desde PLATÃO até LENINE.

O autor, com habilidade e sobretudo inteligência, transmite aos que se iniciam na ciência política os aspectos básicos das doutrinas filosóficas de modo a prender-lhes a atenção sem dêles exigir cansativo esforço de assimilação das idéias desenvolvidas.

A originalidade da obra reside no fato de que os filósofos, ao longo do tempo, são interpretados, cada qual, por seus filhos intelectuais, não diretamente, mas através dos comentários e mesmo das doutrinas expostas por W. EBENSTEIN, que para isto utiliza linguagem clara e sucinta. Consegue, assim, focalizar com segurança a matéria, em confrontos sempre oportunos, introduzindo na apresentação dos pensamentos colorido pessoal que expõe e comenta.

Numa análise menos superficial, poder-se-á observar que a preo-

ocupação do autor se concentra em oferecer ao leitor a oportunidade de vincular à sua bagagem intelectual a filosofia dos grandes teóricos da ciência política, bem como dos resultados obtidos por seus seguidores.

O livro procura combinar o pensamento original dos filósofos à respectiva crítica. Proporciona, por esse caminho, o comentário e a interpretação das idéias dos teóricos pelos políticos e estadistas a eles filiados.

Em certos casos, obviamente, não parece possível dispensar a leitura direta dos filósofos, mas o que busca EBENSTEIN é justamente apreciar em seu conjunto, de forma dinâmica, o pensamento político, traçando suas perspectivas dentro dos problemas do século

atual. E isto êle consegue com vantagem e proveito dos leitores.

Como alguns dos capítulos de mais forte interesse, podemos citar PLATÃO comentado por ARISTÓTELES e SANTO AGOSTINHO; o confronto de SANTO TOMÁS DE AQUINO e MARITAIN; os elos entre HEGEL e ENGELS; as analogias entre MARX e LENINE.

Finalmente, não será temerário dizer que W. EBENSTEIN deixa transparecer, de maneira discreta e sutil, seu próprio pensamento, mesmo ao comentar idéias alheias, dando ao leitor o ensejo de conhecer também as tendências suas e do grupo a que pertence, em torno dos magnos problemas políticos e ideológicos de nosso tempo. — Roberto de Oliveira Moraes.

## OUTROS LIVROS RECEBIDOS

*Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editores os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.*

### Ciências Políticas

Douglas Hyde. *United we Fall; The Tactic of the United Front*. Ampersand Books. Londres, 1964. 134 pgs.

Douglas Hyde. *The Peaceful Assault*. The Bodley Head. Background Books. Londres, 1963. 127 pgs.

Brian Crozier. *Neo-colonialism*. The Bodley Head. Background Books. Londres, 1964. 112 pgs.

N. U. *La Política Tributaria y el Desarrollo Económico en Centroamérica*. Comité de Coopera-

ción Económica del Istmo Centroamericano. 1956. 141 pgs.

Milovan Djilas. *Conversações com Stalin*. Trad. de Lino Vallandro. Editora Globo. Porto Alegre, 1964. 161 pgs.

### Ciências Econômicas

N. U. *Statistical Yearbook*. Statistical Office of the U. N. Nova York, 1964. 714 pgs.

N. U. *Case Histories of Oil and Gas Fields in Asia and the Far East*. Mineral Resources Development Series. N.º 20 Economic

## LIVROS E REVISTAS

- Commission for Asia and Far East. Bangkok, 1963. 161 pgs.
- N. U. *Economic Survey of Asia and the Far East*. Economic Commission for Asia and the Far East. Bangkok, 1964. 238 pgs.
- N. U. *Proceedings of the Fifth Regional Conference on Water Resources Development in Asia and the Far East*. Water Resources series N.º 23. Economic Commission for Asia and the Far East. Bangkok, 1964. 208 pgs.
- N. U. *Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Cafe*. Departamento de Assuntos Económicos e Sociais. Nova York, 1962. 82 pgs.
- N. U. *Yearbook of the United Nations* — 1962. Office of Public Information. Nova York, 1964. 783 pgs.
- N. U. *Anuário de Comercio* — 1962. Vol. XVI. FAO. Roma, 1963. 363 pgs.
- N. U. *Anuário de Producción* — 1962. Vol. XVI. FAO. Roma, 1963. 493 pgs.
- Renta Nacional del Peru 1942-1960*. Banco Central de Reserva del Peru. Lima, 1962. 175 pgs.
- N. U. *Manual de Proyectos de Desarrollo Económico*. CEPAL/AAT. Mexico, 1958. 264 pgs.
- N. U. *El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación*. FAO. Roma, 1962. 223 pgs.

## Ciências Sociais

- Henry Pelling. *A History of British Trade Unionism*. Perguin Books. Londres, 1963. 286 pgs.
- Trade Unions and the Law. *Political and Economic Planning*. Londres, 1964. 27 pgs.
- N. U. *Conglomeraciones Industriales en Asia y el Lejano Oriente*. Comisión Económica para Asia y el Lejano Oriente. Bangkok, 1964. 479 pgs.
- Telmo Frederico do Rego Maciel. *Nível de Vida do Trabalhador Rural da Zona da Mata*. Instituto Joaquim Nabuco. Recife, 1964. 58 pgs.
- Gilberto Freyre. *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. Instituto Joaquim Nabuco. Recife, 1964. 162 pgs.
- Philippe Guignabaudet. *De las Teorias Ideológicas a la Realidad Económica*. 2 vols. Editorial Casa de la Cultura Ecuatoriana. Quito, 1963. 258/274 pgs.

## EM A Q — ENGENHARIA E MÁQUINAS S.A.

ESTALEIROS DE CONSTRUÇÃO NAVAL  
ATERROS HIDRAULICOS — DRAGAGEM

Sede: RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134 - 19.º  
TEL. 43-9696

Estaleiros: SACO DA ROSA — ILHA DO GOVERNADOR  
ESTADO DA GUANABARA